



DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOCENTES NUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE MACEIÓ/AL

Shirlene Giló Sobrinho Costa [1]

shirlenegilo@hotmail.com

Shirley Giló Sobrinho Martiniano[2]

Shirley.marte@hotmail.com

Eixo Temático: (5) Educação e Infância

RESUMO

Desde surgimento da Educação Infantil muitos foram os termos usados para designar a educação e/ou estabelecimentos destinados às crianças pequenas. Data-se que a história da Educação Infantil no Brasil é demarcada ao longo dos anos por avanços e recuos. Nos múltiplos contextos de mudanças, não há dúvidas de que a diversidade, a alteridade e as especificidades humanas estejam em tanta relevância no plano dos discursos sociais quanto na atualidade, inclusive no que se refere à Educação Infantil. Por outro lado, não é possível negar que, ultrapassando o plano dos discursos, ainda são fortes e presentes ações humanas que parecem ignorar ou negar o valor do trabalho pedagógico que valorize a diversidade étnico-racial, ou ainda reforçar atitudes primárias de preconceito e a não aceitação da diversidade como constitutiva do ser. As indagações que sustentam este estudo partem das concepções enquanto docentes, especialmente nas relações construídas no trato com as questões étnico-raciais.

Palavras- chaves: Educação infantil, Diversidade, Identidade.

RESUMEN

Desde el surgimiento de la educación infantil han sido muchos términos usados para describir la educación y las instituciones para los niños pequeños. Data es que la historia de la educación infantil en Brasil es de las marcas a través. Nos múltiples contextos cambios, no hay duda de que la diversidad, la alteridad, y las especificidad humanas son mucho más relevancia en términos de discurso social como en la actualidad, incluso en relación con la educación de la primera infancia. Por otra parte no se puede negar que exceda el nivel del discurso, son las acciones humanas siguen fuertes y actuales que parecen ignorar o negar el valor del trabajo pedagógico que valore la diversidad étnico-racial, o reforzar los prejuicios primaria y la no aceptación de la diversidad como constitutiva de las actitudes de auto. Sustentan este estudio parten de concepciones de los profesores sobre todo en las relaciones desarrolladas en el tratamiento de cuestiones étnicos y raciales.

Palabras clave: educación de los niños ,diversidad, identidad.

1. Criança Negra na Educação Infantil

Considerando-se que o Brasil é tido como o país não africano com a maior população negra do mundo, com um percentual de 44,2% de sua população total, não é pequeno o número de crianças negras. Essa situação deve-se, provavelmente, ao tráfico de africanos durante o período colonial. A esse respeito Valente (1987) aponta que as verdadeiras razões para utilização da mão de obra negro-africana devem ser buscadas nas estruturas e práticas do mercantilismo português no início da colonização. Ainda segundo Valente (1987) depois da descoberta do Brasil, não demorou muito para os portugueses adotarem a prática de substituir os indígenas por negros escravizados.

Para Carlos Hasenbalg (1976), a mobilidade social de brancos e negros no Brasil, mostra como tais desigualdades não derivam apenas das diferenças observáveis no ponto de partida de ambas as populações, mas são devidas, principalmente, às oportunidades desiguais de ascensão após a Abolição.

Estas oportunidades desiguais são fortemente visíveis também nas relações destes sujeitos com a educação, inclusive no que se refere às crianças. A trajetória da vida escolar dos estudantes brasileiros no ensino público é historicamente marcada por uma trágica repetição de insucessos. Contudo o fracasso escolar atinge principalmente os estudantes negros e sobre eles recai o peso da reprovação, repetência e, sobretudo da exclusão.

Contudo o número de crianças atendidas nessa perspectiva continua tendo uma prevalência quando se tratam das crianças negras. (ROSEMBERG, 1991) Assim, a proporção de crianças pobres e negras nas creches e pré-escolas de pior qualidade (geralmente a de tipo conveniado), retratam uma relação de inferioridade atestada pelo nível de qualificação/formação das educadoras, pelo espaço físico que dispõem.

Assim, apesar dos avanços no que se referem às políticas de atendimento às crianças brasileiras, ainda não notáveis os distanciamentos quando se trata de crianças brancas e crianças negras.

Rosemberg (1999, p. 33) afirma ainda que *a Educação Infantil, em seu processo de expansão, também criou e reforçou padrões de exclusão social e racial: crianças pobres e pretas*. Na mesma pesquisa a referida autora comprovou que esse segmento da população recebeu atendimento de baixa qualidade e que foram retidas na primeira etapa da educação básica crianças de sete a onze anos de idade.

Neste sentido, muito nos preocupa discutir, embora de modo breve, não podemos deixar de considerar a importância das relações étnico-raciais na Educação Infantil e suas possíveis implicações na construção da identidade infantil.

Diante de tantas discussões e reflexões quanto à escola, educação, criança, formação de identidade., questionamo-nos: que identidade é essa? e vemos o quanto a diversidade da sociedade brasileira, dentre estas as referentes ao segmento negro, mexe com nossa formação bem como norteia nossa forma de agir no que se refere à educação enquanto instrumento de mudança e formação da nossas crianças.

1.2 O caminho da pesquisa: aspectos metodológicos

Dentre os procedimentos metodológicos abordados por este tipo de pesquisa, foi utilizada para coleta de dados a aplicação de um questionário composto por 16 questões abertas, as quais não ofereceram aos participantes respostas pré-determinadas. O mesmo foi realizado no *locus* da pesquisa, ocasião em que participaram seis educadores do turno matutino. A realização da entrevista nos possibilitou conhecer as concepções que os sujeitos participantes da pesquisa tinham acerca da questão em estudo.

A pesquisa bibliográfica serviu de base teórica para todo o trabalho, pois tem como característica principal *colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]*.

(LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 44) e como também permite ao pesquisador reforçar e fundamentar suas informações e construir novos conhecimentos, por meio de diversas fontes: livros, revistas, periódicos, artigos científicos entre outros.

A pesquisa foi realizada em uma instituição de Educação Infantil, no Município de Maceió-AL. A escolha por realizar esta pesquisa na referida instituição se deu pela necessidade de conhecer as concepções dos educadores a respeito das práticas pedagógicas que envolvem as questões étnico-raciais na Educação Infantil.

1. **Concepções e percepções sobre a diversidade étnico-racial: questões formativas**

Nesse aspecto iremos abordar as concepções e percepções sobre a diversidade étnico-racial na Educação Infantil, considerando-se o recorte do nosso objeto. Nele buscamos entender a forma como concebem a diversidade étnico-racial, especialmente no modo em que possam vir a ser implicadas pelas questões formativas.

As questões discutidas contidas no questionário em anexo que compõem esta categoria analítica são:

4.1. O que o Sr.(a), acha que a diversidade faz parte da creche?

4.3. Qual a relação entre educação e diversidade étnico-racial?

4.6. Você já ouviu falar da Lei 10.639/03?

Caso a resposta seja afirmativa do que trata essa Lei?

4.9. Você já participou de alguma formação direcionada a essa temática?

Carga horária?

O que você aprendeu?

4.10. A Secretaria Municipal de Educação de Maceió- SEMED vem dando suporte a creche para implementação da Lei 10.639/033?

Comente sua resposta.

4.13. Na sua concepção, o que é necessário para uma boa convivência entre as pessoas diferentes que coexistem no ambiente da sua creche?

4.15. Na sua concepção quais os impactos de 10 anos da Lei 10.639/03/?

Comente.

Diante das respostas apresentadas, analisaremos as respostas das professoras sobre o que elas concebem e percebem da diversidade étnico-racial tentando fazer um paralelo com as atuais discussões e de modo particular sobre o aparente silêncio que existe nas instituições que atendem a criança pequena, quando se trata das questões de diversidade étnico-racial.

Iniciaremos fazendo uma reflexão sobre o dizem as professoras, quando questionadas sobre o que acham da diversidade que faz parte da creche?

Acho normal para uma creche. (Profª A)

Fantástica. Observo crianças humildes e filhos de professores, estudando no mesmo ambiente sem discriminação. (Profª B).

É notório que as referidas professoras têm em suas respostas certa fragilidade no que tange à questão da diversidade étnico-racial. Percebe-se ainda que existe certa fragilidade em lidar com essa questão, o que pode ser justificado pelo fato de acreditar-se que na EI não a criança não seja capaz de fazer atribuição ao que é

diferente. A esse respeito (CAVALLEIRO, 2005) em sua pesquisa de mestrado constatou que algumas professoras de Educação Infantil não acreditavam que, na faixa etária de 3 a 5 anos, seriam possíveis atitudes de características preconceituosa e discriminatória. Nesse sentido, é fundamental que percebamos o quanto a escola é diversa e pluriétnica, sendo ela um espaço de produção das culturas e reconhecimento das mesmas. De um modo geral as professoras acima citadas em seus discursos sugerem a homogeneização das crianças, ou identificam apenas a diversidade no que se refere às questões econômicas.

A diversidade é humana e faz parte da vida, como a EEI não é isolado da sociedade ele também abriga a diversidade, mesmo que muitas vezes não lide da melhor forma com isso. Precisamos intervir para que na escola não sejamos meros reprodutores dos valores do senso comum hegemônica. (Profª D).

É partindo do pressuposto que a diversidade também faz parte do humano que pensamos em uma escola, que veja a importância do comprometimento com as especificidades, visto que é na escola que se encontram e convivem as crianças. Daí a responsabilidade de favorecer momentos em que haja a referência positiva a essa diversidade e que cada um é importante do seu jeito. Vale ressaltar que só conhecer e falar por si não conseguem dá conta de uma formação que favoreça o respeito às diferenças seja ela de cor, gênero, religiosa entre outras. É fundamental agirmos de maneira que não haja um nivelamento, mas sim o reconhecimento das diversidades, tomando como referência a heterogeneidade e não a homogeneidade.

Evidentemente a escola como um todo não dá conta de sanar as desigualdades, contudo ela pode colaborar na construção da igualdade entre grupos. Percebemos um sutil ponto que se aproxima do que este trabalho defende, na fala da professora abaixo:

Muito importante. É importante que a criança cresça e aprenda a conhecer o outro, sem preconceito. (Profª C);

Ressaltamos que aparentemente houve uma tentativa por parte das educadoras em reconhecerem que a diversidade faz parte do contexto da Educação Infantil. Isso já vale como um ponto de partida e incide na possível tomada de decisão no trabalho realizado com as crianças, na busca pelo comprometimento de ações concretas para trabalhar com a criança e na importância do respeito à diversidade existente no espaço da escola.

No cenário da Educação Infantil vale destacar que muitas das implicações surgem do senso comum ou mesmo do pensamento de que a criança passa despercebida frente algumas questões por ser pequena e não perceber o que está ao seu redor.

No que se refere à relação entre educação e diversidade étnico-racial destacamos a fala de duas professoras por haver semelhança entre elas.

Essa relação é estreita ou deveria ser, pois como disse na nossa sociedade nós educadores contribuimos cotidianamente com a formação dos valores e da personalidade das crianças. (Profª D)

A relação entre educação e diversidade étnico-racial é muito grande, pois é na escola que podemos vencer o preconceito existente em nossa sociedade. Basta querer e fazer acontecer. (Profª C)

Recorremos a Gomes (2003, p. 76) para refletir um pouco sobre diversidade. A autora destaca que: *O reconhecimento dos diversos recortes dentro da ampla temática da diversidade cultural (negro, índios, mulheres, portadores de necessidades especiais, homossexuais, entre outros) coloca-nos frente a frente com a luta desses grupos em prol do respeito à diferença.*

No que se refere às posições apresentadas pelas educadoras acima citadas estas se aproximam bastante dessa necessidade que Gomes nos traz a fim de buscarmos na escola o respeito a essas diferenças e a trabalhar no intuito de compreender melhor que, estabelecer estereótipos só contribui e reforça ainda mais a exclusão, do que a garantia de uma educação inclusiva e de qualidade.

Pesquisas como a de Dias (2007), demonstram que estão ocorrendo avanços no que tange ao trato da diversidade racial nas escolas do país. Porém, devemos ressaltar que vêm ocorrendo em maior número nas escolas de ensino fundamental I e II (crianças maiores e adolescentes), não tanto na educação infantil.

Sem educação não há respeito às diversidades, principalmente nas étnico-raciais. Educação e diversidade andam juntas em parceria. (Profª B).

Deveriam andar juntas, porém isso não acontece. (Profª A).

Se observarmos o que dizem as professoras C e D parece notória a contradição entre a fala das educadoras no tange à relação entre educação e diversidade étnico-racial, uma vez que elas atribuem à escola a responsabilidade quase que exclusiva por tais aproximações. Enquanto que estas professoras as reconhecem como próximas, a professora B não vê esta aproximação, apenas defende sua necessidade. Apesar do reconhecimento – que da necessidade, que da afirmativa – das aproximações, o que se percebe nas falas das professoras é que elas não avançam na discussão a ponto de esclarecer os motivos de não andarem juntas ou mesmo como se dá essa união. O que se percebe é certo receio em aprofundar a questão.

Gomes (2003,p. 70-76) aponta que:

Refletir sobre a escola e a diversidade cultural significa reconhecer as diferenças, respeitá-las, aceitá-las, e colocá-las na pauta das reivindicações, no cerne do processo educativo. Esse reconhecimento não é algo fácil e romântico.

Considerando-se o questionamento acerca dos conhecimentos relativos à Lei 10.639/2003, preocupa-nos perceber que quase todas as professoras não conhecem sobre a mesma. Do que se apresenta como resposta positiva, apenas a professora D afirmou conhecê-la, afirmando:

Sim. A lei trata da obrigatoriedade do ensino da "Historia e cultura afro-brasileira" nos currículos escolares. (Profª D).

Assim, com as alterações na LDB pela lei 10.639/2003, o estudo da história e da cultura afro-brasileira passou a configurar o cenário dos conteúdos da base curricular da educação básica do Brasil. Pautando então, os caminhos dos currículos educativos das escolas brasileira e colocando no rol das discussões a diversidade étnico-racial. Apesar de não configurar o currículo da Educação Infantil, o que se percebe é que a lei não parece ser conhecida por um grande quantitativo de profissionais da educação.

Ao observarmos nas respostas que curiosamente se vê que no ano de 2013, momento em que realizamos as entrevistas muitos era os debates sobre os avanços e retrocessos sobre o trabalho e implementação da lei, pois estávamos nas comemorações dos 10 anos da implementação da mesma. Reiteramos assim, a necessidade e a importância do conhecimento das educadoras sobre a legislação que muito tem a contribuir no fazer pedagógico da escola, especialmente no que se refere às questões relativas às relações da diversidade étnico-raciais. O que foi possível constatar nas respostas das educadoras A, B e C, que não demonstraram nem mesmo conhecer do que se referia à lei em questão.

Nessa direção destacamos os avanços da lei em destaque, que visa (re) educar a todos do espaço escolar, para que respeitem e valorizem as raízes (negra, indígena) que muito contribuíram na formação cultural da nacionalidade brasileira. Buscando romper com a visão brancocêntrica da população brasileira que ainda respinga na sociedade atual. Contudo, vemos que apenas uma das educadoras demonstra conhecer a lei em

questão.

Isso parece estar associado à questão dos impactos dos 10 anos da Lei. Considerando-se que quase todas as professoras não têm conhecimento da referida lei, apenas a profissional D, responde: quando as profissionais responderam

O impacto ainda é muito tímido, precisamos investir em formação de professores, material didático entre outros recursos para fazermos avançar esta conquista na prática. (Profª. D)

Segundo Gomes (2007), a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, além de uma medida de ação afirmativa, também uma síntese de um longo percurso de lutas, engajamentos e projeções do Movimento Negro Organizado (MNO), a escola brasileira está desafiada a realizar uma revisão não só de posturas, valores, conhecimentos.

Ainda nesse contexto quando olhamos os avanços que demarcaram a história das lutas até a sua implementação, ainda é notável o silêncio que permeia a necessidade de despertar o interesse dos educadores em avançarem na implementação do trabalho com questão étnico-racial. Assim, quando questionadas a respeito da formação sobre a temática bem como se a Secretaria Municipal de Educação vem dando suporte à implementação, da lei em questão, surpreende-nos a unanimidade na resposta negativa, uma vez que todas as participantes da pesquisa respondem: "não" ao questionamento feito.

Nesse trecho temos claro que mesmo diante de tantas discussões, debates e pesquisas na área da diversidade étnico-racial e sua importância para formação do sujeito, ainda se distanciam suas repercussões na prática. Verificamos que todas as professoras tiveram a mesma resposta e negativa. Diante disso destacamos a importância da formação profissional inicial e continuada dos educadores para melhor articular prática e teoria e para a diminuição das relações sobrepostas na escola, que violentamente massacram as minorias e excluem o respeito à diversidade dos seus currículos.

Cabe-nos aqui destacar que pouco tem sido feito em algumas instituições bem como enquanto secretarias de educação para que a Lei 10.639/03 surta o impacto esperado por seu idealizadores e principalmente no que se refere ao trabalho com crianças e jovens que serão os futuros adultos da nossa nação.

Dos limites para esta concretização em nível de ideal, a esse respeito destaco mais uma vez a fala de uma professora quando questionada sobre os impactos da Lei 10.639/03

O impacto ainda é muito tímido, precisamos investir em formação de professores, material didático, entre outros recursos para fazermos avançar essa conquista na prática. (Profª D)

Nesse sentido, reiteramos a importância da formação dos professores para diversidade étnico-racial sobre isso Munanga (2009, p. 19) destaca que:

Os educadores não têm formação para ensinar a diversidade. Estudaram em escolas de educação eurocêntrica, onde não se ensinava a história do negro, não estudaram história da África, como vão passar isso aos alunos?

Além do mais, a África é um continente, com centenas de culturas e civilizações. São 54 países oficialmente. A primeira coisa é formar os educadores, orientar por onde começou a cultura negra no Brasil, por onde começa essa história. Depois dessa formação, com certo conteúdo, material didático de boa qualidade, que nada tem a ver com a historiografia oficial [...].

Vemos que as colocações da professora D, muito corresponde com a nossa realidade e se aproxima bastante

do que temos discutido até aqui. Pois segundo Munanga (2009), os (as) professores (as) brasileiras não receberam, na sua educação e formação de cidadãos, o necessário preparo para lidar com o desafio da problemática da convivência com a diversidade. Para complementar esta ideia questionamos às professoras o que elas consideram necessário para uma boa convivência entre pessoas diferentes que coexistem no ambiente da creche. Trazemos esta questão para refletirmos um pouco mais e entendermos que a Lei 10.639/03 muito se refere à formação bem como o devemos fazer, pensar e repensar no espaço escolar. Sobre isto, as professoras responderam:

Respeito ao próximo, todos somos diferentes. (Profª A)

Respeito as diferenças. E que este respeito já venha sendo trabalhado em casa com a sua família. (ProfªB)

A instituição (Equipe gestora) mostrar que todos são iguais, independente da cor, e do cargo que ocupam. (ProfªC)

O respeito mútuo e a compreensão de que todos nós somos diferentes, e ao mesmo tempo temos algo que nos unifica que é o fato de pertencermos ao gênero humano. (Profª D).

Diante do que foi colocado, verificamos que as professoras têm na palavra “*respeito*”, a explicação para a convivência harmônica entre as pessoas diferentes. Trazemos o que diz Silva (1996) aponta que, educar para a diversidade é fazer das diferenças um trunfo, explorá-las na sua riqueza, possibilitar a troca, proceder como grupo, entender que o acontecer humano é feito de avanços e limites. Por isso que pensar em convivência entre as diferenças é pensar que vai além do respeito, mas alterar relações de poder, questionar tomar novos rumos principalmente por parte dos educadores que estão diretamente ligados a esse universo tão diverso que é a escola.

CONSIDERAÇÕES

Refletir sobre as questões aqui propostas nos levaram a ampliar o horizonte de nossas reflexões, ao passo em que também fomos conduzidos pela ampliação das preocupações que possam se referir à forma como a criança, a Educação Infantil, as questões relativas à diversidade e às questões étnico-raciais são concebidas pelos profissionais da educação, bem como são tratadas no dia a dia em espaços de educação destinados ao atendimento à criança pequena.

Isso se justifica pelo fato de olharmos os processos históricos, sociais, políticos e pedagógicos que possam tratar das questões referentes a estas concepções, resguardado o valor do olhar de cada ciência que possa vir a tratá-las.

Assim, e inegável que os avanços nos campos sociais, políticos e pedagógicos são crescentes nas últimas décadas se considerarmos os aspectos legais e normativos que retratam tais avanços, traduzidos nos direitos outorgados às crianças.

Por outro lado, apesar de todos estes avanços, foi possível perceber que ainda são visíveis os distanciamentos entre o que se apregoa como conquista de lutas pelos direitos humanos – incluindo-se os das minorias, sobretudo das crianças que diferem dos padrões de normalidade – e o que se propaga em nível de discursos dos profissionais participantes da pesquisa. Isto parece retratar a falta de conhecimento ou mesmo a aparente desconsideração de aspectos relevantes para o trabalho pedagógico com as diferenças, com a diversidade já na primeira etapa da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília : 1996.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF,SECAD/ME, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceitos e discriminação na educação infantil. São Paulo, Humanitas, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores**.Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HASENBALG,C. A. **as desigualdades raciais revisitadas**. In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, ANPOCS, 1976.

Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**/Marina de Andrade Marcone,Eva Maria Lakatos, 5 ed.- Sao Paulo: Atlas 2003.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. **CadernosPENESB**, nº 1. Relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, 1999.

ROSEMBERG,F., Pinto, **O Estado dos Dados para Avaliar Políticas de Educação Infantil**. Estudos e Avaliação Educacional, São Paulo,1999.

_____. **Raça e educação inicial**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu da.**Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

VALENTE, Ana Lúcia E. J. **Ser negro no Brasil hoje**. 9. Ed. São Paulo: Moderna, 1987.

[1] Docente do Ensino Infantil e Fundamental da Secretaria de Educação do Município de Maceió (SEMED-MACEIÓ).

[2] Docente do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação do Município de Rio Largo(SEMED-RIO LARGO).

Recebido em: 14/07/2014

Aprovado em: 15/07/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: